

Contrato 11/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2025	985725-MES-PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARIA JETIBÁ	EVELLEN CAZAROTTO MATEUS	30/05/2025 07:15 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		2025-1ZNB2

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

MINUTA DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

(Processo Administrativo nº 2025-1ZNB2)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**, POR INTERMÉDIO DO (A) E
.....

O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**, por intermédio do(a) Prefeitura Municipal, com sede no(a) Rua Dalmácio Espíndula, 115 Centro, Santa Maria de Jetibá-ES, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 36.388.445/0001-38, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal Senhor **RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA**, nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **2025-1ZNB2** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Extintores de Incêndio, Serviços de Recarga, Placas de Sinalização e Suportes** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	EXTINTOR DE INCENDIO PQS ABC - 6KG EXTINTOR PORTATIL DE PRESSURIZACAO DIRETA, COM CARGA DE PO QUIMICO SECO ABC; DESTINADO AO COMBATE DE PRINCIPIOS DE INCENDIO DAS CLASSES A (RESIDUOS SOLIDOS), B (LIQUIDOS INFLAMAVEIS), C (EQUIPAMENTOS ELETRICOS); COM PRESSAO DE TRABALHO DE 10,5 KGF/ CM2; MANGUEIRA EM BORRACHA COM TRAMA DE NYLON; RECIPIENTE FABRICADO A PARTIR DE CHAPA PLANA DE ACO, CALANDRADA COM TAMPA E FUNDO ESTAMPADA A FRIO, SOLDADOS PELO PROCESSO MIG CONFORME NORMA ABNT NBR 15808; PINTADO PELO PROCESSO ELETROSTATICO COM TINTA EM PO NA COR VERMELHA; FORNECIDO COM SUPORTE DE PAREDE FORMATO "L"; VALIDADE DA CARGA DE 5 ANOS		UN	386	R\$245,47	R\$94.750,46
2	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE		UN	180	R\$19,31	R\$3.475,80

	ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO S12 (SAÍDA DE EMERGÊNCIA, COM A MENSAGEM: SAÍDA - 12 X 24CM MODELO PLACA SAIDA; CODIGO NORMA PLACA S12; TAMANHO MINIMO DE 12 X 24CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022					
3	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO S12 (SAÍDA DE EMERGÊNCIA, COM A MENSAGEM: SAÍDA -		UN	189	R\$19,16	R\$3.620,78

	15 X 30CM MODELO PLACA SAIDA; CODIGO NORMA PLACA S12; TAMANHO MINIMO DE 15 X 30CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022					
4	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO (S1, S2, S3, S3, S4, S5, S6, S7 S8, S9, S10, S11, S12, S13, S16, S17) - 12 X 24CM TAMANHO MINIMO DE 12 X 24CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E		UN	55	R\$19,10	R\$1.050,50

	AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022					
5	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO (S1, S2, S3, S3, S4, S5, S6, S7 S8, S9, S10, S11, S12, S13, S16, S17) - 15 X 30CM TAMANHO MINIMO DE 15 X 30CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA		UN	308	R\$19,28	R\$5.937,48

	FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022					
6	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE PROIBIÇÃO (P1, P2, P3 E P4) - 20 X 20CM TAMANHO MINIMO DE 20 X 20CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS		UN	127	R\$19,00	R\$2.412,37

	DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022					
7	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE PROIBIÇÃO (P1, P2, P3 E P4) - 40 X 40CM TAMANHO MINIMO DE 40 X 40CM; PRODUZIDAS EM PVC EXPANDIDO COM 2MM DE ESPESSURA; NAO INFLAMAVEL E AUTOEXTINGUIVEL; POSSUIR PICTOGRAMAS, TEXTOS E CORES IMPRESSAS EM PROCESSO SERIGRAFICO DE ALTA DEFINICAO; IDENTIFICADA DE FORMA LEGIVEL, NA FACE EXPOSTA, COM O NUMERO DO CNPJ DO FABRICANTE; CONTER AS INFORMACOES DAS CARACTERISTICAS FOTOLUMINESCENTES TAIS COMO INTENSIDADE LUMINOSA, TEMPO DE ATENUACAO E CORES; DE ACORDO COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022		UN	20	R\$20,72	R\$414,47
8	PLACA EXTINTOR PQS ABC 20 X 20CM MATERIAL FOTOLUMINESCENTE APLICADO SOBRE PVC QUE NAO PROPAGA CHAMAS; DE ACORDO		UN	368	R\$18,18	R\$6.691,47

	COM OS REQUISITOS DO CORPO DE BOMBEIROS E NORMAS NBR 13434-2 E 168202022					
9	RECARGA EM EXTINTOR DE INCENDIO COM CARGA DE PO QUIMICO ABC 06 KG GARANTIA DE 1 ANO; SEM VIOLACAO DO LACRE ORIGINAL; EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 15808		UN	343	R\$68,91	R\$23.634,98
10	SUPORTE DE PISO PARA EXTINTOR DE INCENDIO PQS - ABC 6KG TIPO TRIPE; PRODUZIDO EM VERGALHAO, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, ACABAMENTO BICROMATIZADO, COM BORRACHA NAS PONTAS DOS PES; MEDINDO NO MINIMO 21 X 16 X 17CM (ALTURA X DIAMETRO INTERNO X DIAMENTRO EXTERNO)		UN	416	R\$43,85	R\$18.242,65

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$160.230,96 (cento e sessenta mil, duzentos e trinta reais e noventa e seis centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de um mês.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.17. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que a não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);,

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);,

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. Multa:

- Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;
- O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, e o previsto no Decreto 359 /2023.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.5.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

11.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Das indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria de Educação

Fonte de Recursos: 288 - 2025 - 150000250000

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 267 - 2025 - 155000000000

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 293 - 2025 - 150000250000

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 275 - 2025 - 150000250000

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Cultura e Turismo

Fonte de Recursos: 112 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Administração

Fonte de Recursos: 102 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903900000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Secretaria de Serviços Urbanos

Fonte de Recursos: 587 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Saúde

Fonte de Recursos: 27 - 2025 - 150000150000

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 16 - 2025 - 150000150000

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Agropecuária

Fonte de Recursos: 66 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Meio Ambiente

Fonte de Recursos: 443 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 436 - 2025 - 150000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Esportes e Lazer

Fonte de Recursos: 339 - 2025 - 1500000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recursos: 321 - 2025 - 1500000000001

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Secretaria de Transportes

Fonte de Recursos: 636 - 2025 - 1500000000001

Elemento de Despesa: 33903900000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Fonte de Recursos: 634 - 2025 - 1500000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social

Fonte de Recursos: 677 - 2025 - 1500000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

Secretaria de Defesa Social

Fonte de Recursos: 206 - 2025 - 1500000000001

Elemento de Despesa: 44905200000 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recursos: 200 - 2025 - 1500000000001

Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Santa Maria de Jetibá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Santa Maria de Jetibá, [dia] de [mês] de 2025.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

RONAN ZOCCOLOTO SOUZA DUTRA

Prefeito Municipal

Contratante

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVELLEN CAZAROTTO MATEUS

Equipe de apoio

MARCILEIDE STUHR

Responsável pela contratação direta

SANDERLEIA WRUCK ESPINDULA

Responsável pela contratação direta

DIENE MARIA BREMENKAMP

Responsável pela contratação direta

PRISCILLA GAIBA

Responsável pela contratação direta

VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO

Responsável pela contratação direta

ELIANA LITKE

Responsável pela contratação direta

VANDERLEI MARQUEZ

Responsável pela contratação direta

CARLOS ALBERTO JARSKE

Responsável pela contratação direta

ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA

Responsável pela contratação direta

SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA

Responsável pela contratação direta

PAULO ROGERIO DO CARMO BARBOZA

Responsável pela contratação direta



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 30/05/2025 07:47:24 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por EVELLEN CAZAROTTO MATEUS (COORDENADOR - GA - SECEDU - PMSMJ)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-6041T5>